

# Processos de trabalho da manufatura à maquinaria moderna

Work processes: from manufacture to modern machinery

Alfredo Batista\*



**Resumo:** Apresentar o movimento da categoria trabalho no interior dos processos de trabalho estruturados e efetivados desde o artesanato até a maquinaria moderna. Nesses processos ocorreram rupturas e continuidades na esfera da organização do trabalho, bem como nas instâncias da revolução científica e tecnológica. Os resultados manifestados nas relações cotidianas, durante os processos de trabalho, entre os homens e a natureza contribuíram para criar campos de possibilidades de objetificações que afastaram os homens das barreiras naturais. No entanto, as experiências vivenciadas pelos trabalhadores ampliaram o universo individual e coletivo de reificação em seus diferentes níveis de sociabilidade, dificultando e impedindo-os de viverem e estruturarem uma vida plena de sentido.

*Palavras-chave:* Trabalho. Processo de Trabalho. Sociabilidade.

**Abstract:** To present the movement of the category work inside the work processes structured and brought about from craftsmanship to modern machinery. In such processes there were ruptures and some continuity both in the field of work organization and in the scientific and technological area. The results in the daily relationship between man and nature during work processes contributed to create possibilities of objectification that moved the former away from natural barriers. However, the workers had experiences that broadened the individual and collective universe of reification in their different levels of sociability, which both made it difficult and prevented them to live and structure a life full of sense.

*Keywords:* Work. Work process. Sociability.

---

\* Graduado em Serviço Social e Filosofia; mestre e doutor em Serviço Social, área de concentração Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC-SP; professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste, Campus de Toledo — Paraná/PR, Brasil; docente no curso de graduação em Serviço Social e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Unioeste. *E-mail:* comuna12@uol.com.br.

## Processo de trabalho na idade média

### O artesanato

**L**eo Huberman (1985), em sua obra *História e riqueza do homem*, sutil e assertivamente enfatiza que a centralidade das relações humanas no período medieval — século IV d.C. ao XVI — constitui-se, efetivamente, na vida prática.<sup>1</sup> Desde o princípio, reis, príncipes, senhores feudais, clérigos, comerciantes, empresários, vassallos, servos, escravos, trabalhadores assalariados e artesãos precisavam vestir-se, comer, usufruir de objetos estéticos e de outras mercadorias.

Mas, quem eram os responsáveis por produzir bens de consumo para dar conta das necessidades do estômago e das fantasias da maioria da população no período medieval? Trabalhadores, instituídos juridicamente na sociedade medieval na condição de servos (a maioria), vassallos, escravos, camponeses e trabalhadores livres.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, os trabalhadores servos, em especial, tinham que cumprir a obrigação legal de pagar tributos ao seu senhor e dízimo à Igreja. Se não bastasse tal grau de subordinação e deveres, jamais podiam reclamar das terras concedidas pelos senhores feudais, independente das condições de fertilidade encontradas (Pirenne, 1982).

A relação contratual estabelecida entre o senhor das terras e os trabalhadores, em suas diferentes condições de vínculo, não ocorreu de forma linear durante o período medieval. Conforme Júnior (1988), a Idade Média, um dos momentos mais emblemáticos da história das civilizações, materializou sua

---

1. Lukács (1979, p. 13) é categórico quanto ao ponto de partida e de chegada da fundamentação teórica marxiana e da tradição marxista: “é a realidade social enquanto critério último do ser ou não ser social de um fenômeno”.

2. A forma de tratamento dado pelo senhor feudal em relação ao servo vinculado ao seu feudo diferenciava profundamente ao período escravocrata que antecede a Idade Média. Os senhores feudais transformaram-nos dependentes às leis e aos costumes do feudo em que estabeleciam sua moradia em conjunto com seus familiares. Na condição de camponeses, servos, vassallos, escravos e/ou trabalhadores livres, não podiam ser vendidos. O domínio de vínculo contratual delimitado por meio do pagamento via (arrendamento da terra, tarefa, salário, trocas de alimentos, moradia e algumas moedas) não garantia, aos trabalhadores, a condição de deixar o espaço físico em que viviam com seus familiares sob o poder do senhor feudais. A segurança conquistada pelos trabalhadores em seus diferentes tipos de vínculos, apesar de restrita, diferenciava profundamente do escravo da sociedade antiga (Júnior, 1988).

existência dividida em quatro períodos: a primeira Idade Média — século IV ao VII —; a alta Idade Média — século VIII ao X; a Idade Média central — final do século X ao XIII; e a baixa Idade Média, a partir da segunda metade do século XIII até início do XVI.<sup>3</sup>

Com a derrocada do Império Romano, as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas enfrentaram profundas fraturas em suas estruturas, dentre as quais se destacavam: existência de uma ampla extensão territorial deixada pelo Império Romano em território ocidental e oriental; desenvolvimento de uma economia totalmente dependente da terra; convivência com uma base técnica simples dos instrumentos de trabalho,<sup>4</sup> não permitindo ir além da realização de práticas primitivas, impedindo o avanço na esfera da produção de alimentos para atender às necessidades de todos os envolvidos; produção de excedentes para comercialização no mercado; e problemas expressivos enfrentados na esfera da demografia.

A demografia foi um elemento determinante que pautou o movimento dos projetos das classes dominantes no período medieval. Com a derrocada do Império Romano — século III d.C. —, a sociedade não conseguiu organizar-se rapidamente, impactando de forma direta nas áreas, rural e urbana. As terras cultiváveis que subsidiavam a maior parte da população, por meio das suas colheitas, deixaram de cumprir esse papel. Sem alimentos, faminta, a população urbana obrigou-se a migrar para o campo em busca de um pedaço de terra para plantar.

A insegurança tomou conta da população. Qualquer alteração provocada pela força da natureza ou do homem que afetasse as plantações desencadeava, como consequência imediata, a baixa produtividade, contribuindo decisivamente para a falta de alimentos. Dentre as consequências diretas encontrava-se a redução demográfica, atingindo direta e indiretamente a todos. A necessidade em manter trabalhadores e não trabalhadores em condições de existência cotidiana tornou um pesadelo para as classes dominantes. A maioria da população caiu na desgraça da pobreza e da miséria humana. Não suportando a

---

3. Essa forma de divisão temporal é uma das interpretações dos historiadores que tratam sobre a temática Idade Média.

4. A lavra era realizada por instrumentos rudimentares como a charrua por meio de animais de tração (Heers, 1988).

situação-limite de humano, a morte tornou-se companheira de uma parcela expressiva da população. Todos os dias, uma grande quantidade, de vidas era ceifada.<sup>5</sup> Se não bastasse esse cenário, destruidor de almas humanas, outro fator causou alteração negativa nas estatísticas demográficas: a presença de epidemias, como a malária — do século III ao V — e a varíola — do século VI ao VIII. Tudo indicava que, em diferentes tempos e espaços, a população começava novamente a aumentar a partir do final do século VIII (Júnior, 1988). Com a retomada do crescimento populacional, o período medieval foi marcado por um segundo momento histórico: a alta Idade Média. Nesse momento a sociedade medieval reorganizou-se, abrindo espaços para a retomada do desenvolvimento na esfera da produção e da reprodução social.<sup>6</sup>

Vivendo em novas condições econômicas, políticas e sociais, preparadas durante a alta Idade Média, organizou-se na Europa ocidental o período medieval denominado de Idade Média central — século XI ao XIII. Nesse período, as composições das classes sociais ganharam a força dos comerciantes e da própria Igreja, preocupados em como criar as bases concretas para desenvolver a economia para além da produção baseada na terra, o que não significava abandoná-la. É nesse período que a Igreja Católica, sob o argumento de garantir a dominação no campo da fé ao cristianismo — retomada de Jerusalém que estava sob o domínio dos muçulmanos —, propõe a realização do movimento das cruzadas, também conhecido como Guerra Santa. A ação desenvolvida pela Igreja Católica Apostólica Romana — Guerra Santa — registrou sua primeira batalha em 1096, finalizando esse empreendimento em 1316. Júnior (1988) enfatizou que esse empreendimento religioso/político não obteve sucesso em seus propósitos. Como consequência imediata, as relações políticas e econômicas entre Ocidente e Oriente estremeceu-se, em particular no que se refere ao relacionamento

---

5. A situação de calamidade pública a que chegou a população — níveis de pobreza e miséria alarmantes — levou uma parcela expressiva dela a tomar decisões não aceitas pela Igreja, dentre as quais se destacavam práticas anticonceptivas e abortivas, sendo que o infanticídio tornou-se também uma prática corrente. No entanto, outras atitudes negadoras dos fundamentos civilizatórios eram efetivadas. Uma crônica da região da Mosela afirma que, em fins do século VIII, “os homens comiam os excrementos uns dos outros, homens comiam homens, irmãos seus irmãos, as mães seus filhos” (Júnior, 1988, p. 27).

6. Nesse período, século VIII ao X, sob o domínio do Império Carolíngio, ocorreram avanços significativos no movimento civilizatório. Carlos Magno, ao ser coroado pelo papa Leão III, conseguiu com inteligência e habilidade unir as forças da Igreja Católica e dos reinados. A partir desse momento os poderes dos reis e da Igreja Católica passaram a caminhar juntos.

entre cristãos e muçulmanos. Positivamente, a realização das cruzadas desenvolveu expressivamente a economia no Ocidente, que tinha como palco comercial central o mar Mediterrâneo.

Vivendo em condições econômicas, políticas e sociais adversas e não obtendo sucesso no movimento desencadeado pelas cruzadas, os poderes estabelecidos enfraqueceram e se obrigaram a alterar as regras do jogo acordadas com os trabalhadores servos. A atitude imediata recaiu sobre os servos: senhores feudais em conjunto com o clero propuseram rever as bases dos contratos realizados com os servos. Vivenciando dificuldades que extrapolavam às de períodos anteriores — primeira Idade Média e alta Idade Média —, senhores feudais em conjunto com o clero não vacilaram em tomar decisões autoritárias: iniciam processos de intervenção nas relações jurídicas acordadas. Lembremos que a maioria das leis existentes ocorria sob a jurisdição dos costumes.<sup>7</sup> Nesse exato momento os acordos públicos sofreram profundas intervenções. Senhores feudais e representantes oficiais da Igreja Católica deixam de cumprir seus contratos com os trabalhadores, o que causa profunda crise na relação.

Um enorme contingente de trabalhadores — servos e seus familiares — é expulso das terras que eles arrendavam. Na condição de abandono, destituídos de qualquer condição mínima de existência material, foram jogados nas estradas. Humilhados, restava apenas uma escolha frente ao leque possível de alternativas: roubar e furtar. Essas atitudes contribuíram para criar, embrionariamente, uma quantidade significativa de bens em espécie e de objetos. Os objetos saqueados, em momentos oportunos eram trocados e transformados em espécie no mercado. Na condição de renegados dos seus espaços físicos — feudos —, os servos deixaram os membros das classes dominantes em alerta.<sup>8</sup>

---

7. Enquanto as sociedades são movidas pelos costumes, o direito é uma peça desconhecida. No entanto, com o desenvolvimento da divisão do trabalho técnico e social, as situações cotidianas tomam outros sentidos, pois deixavam de ter uma única posição teleológica para dar espaço para duas ou mais posições. Nessa sociedade mais evoluída, o direito era parte constitutiva da superestrutura para regular a economia e o projeto societário da classe dominante em voga.

8. Porém, além da situação desigual que os servos vivenciavam, duas manifestações cotidianas assolaram a Idade Média central: a) por um lado, as classes dominantes começaram a ter que enfrentar as epidemias que assolavam as casas dos trabalhadores e opressores; b) a concorrência entre os poderes estabelecidos instaurou processos conflituosos — guerras civis — com a finalidade de conquistar novos territórios, condição política necessária para ampliar o poder ou somente para defender o patrimônio em jogo. As relações entre os poderes estabelecidos contavam com o papel da Igreja Católica no processo de rearticulação dos poderes, bem como na convivência com outras dimensões da política e do seu domínio.

Além do objeto “sagrado” terra, responsável por produzir alimentos para saciar as necessidades do estômago de todos e, quando possível, transformar parte em produtos excedentes para ser entregue aos senhores feudais, outros bens começaram a ser produzidos em escala comercial. Alguns trabalhadores, detentores de conhecimentos técnicos em criar objetos artesanais iniciam uma relação diferenciada no interior do feudalismo. Individualmente, constroem seus ofícios<sup>9</sup> e, na condição de mestres e/ou aprendizes realizam suas atividades criando e desenvolvendo objetos para serem comercializados.<sup>10</sup>

A categoria ontológica “trabalho” requeria, nesse momento, uma atenção diferenciada.<sup>11</sup> Com a mudança embrionária nas relações de poder político e econômico, abriu-se uma lacuna na história medieval para que o processo de trabalho determinante, pautado no objeto histórico — terra e seus instrumentos simples de intervenção —, fosse impactado em suas raízes. O trabalho humano, mediador no campo de possibilidades de realizações teleológicas, experimentava, cotidianamente, alterações em suas manifestações. Até aquele momento histórico medieval, a manifestação direta e intensa dos trabalhadores com a terra, ao colocarem suas energias físicas e psíquicas para o outro (senhor feudal), estabelecia uma relação de total dependência. Na condição de servo, seu único encontro com a vida resumia-se à figura de subordinação ao seu senhor e ao clero. A vontade do servo só se realizaria se a vontade do senhor fosse contemplada.

---

9. A formação da corporação tinha elementos fundantes que demarcaram historicamente sua existência. “Na sua organização interna, cada corporação era constituída por várias oficinas, as únicas que podiam produzir uma determinada mercadoria naquela cidade. Cada oficina pertencia a um indivíduo conhecido por mestre, dono da matéria-prima, das ferramentas e do resultado econômico gerado pela produção. Os vários mestres formavam um colegiado que dirigia a corporação, isto é, que fiscalizava o respeito aos regulamentos corporativos. O mais importante destes era impedir qualquer diferenciação de produção (e, portanto, concorrência) entre as oficinas: o tipo de matéria-prima, a quantidade produzida, o preço de venda deviam ser rigorosamente iguais. O fundamental era manter o espírito de cartel daquela associação” (Júnior, 1998, p. 55).

10. Os trabalhadores aprendizes, em sua maioria, após um período de experiências e apropriação dos conhecimentos técnicos, emancipavam-se, assumindo a titularidade de mestre artesão. Após autorização da Associação dos Artesãos, os neófitos aprendizes formados podiam abrir seus ofícios, dando continuidade ao ritual da corporação. Os conhecimentos técnicos transferidos aos trabalhadores aprendizes nos ofícios por meio dos mestres artesãos eram pagos em dinheiro pelos próprios aprendizes.

11. A centralidade do trabalho possibilita-nos compreender como que a mediação realizada, durante o processo de trabalho, independe de qual momento histórico, pois “o trabalho, portanto, enquanto formador de valores de uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade” (Marx, 1975a, p. 10).

Agora, uma parcela de trabalhadores rompe a relação de dependência com o senhor, proprietário do feudo e estabelece, perante o outro que o dominava, uma relação de autonomia. A situação, criada e colocada em movimento, inaugurava a reconstituição do processo produtivo que tinha, como objeto de trabalho, diferentes matérias-primas, entre elas a terra.

Inovados personagens produtivos entraram em cena na esfera da produção material. Mestres, artesãos e aprendizes avançaram em suas ações produtivas e reprodutivas. Incorporados ao sistema político e econômico da época, cumpriram suas obrigações legais perante as ordens jurídicas de acordo e conforme a localização geográfica em que desenvolviam suas atividades e, rapidamente, organizavam-se em entidades denominadas de guildas.<sup>12</sup> Organizados, ampliavam suas forças políticas, pressionando a forma de ser e de existir do modo de produção capitalista, em sua fase embrionária, no que se referia à dimensão industrial. O artesão entrava em cena e registrava, nos anais da história da humanidade produtiva e reprodutiva, o campo de possibilidades em colocar-se enquanto ser social na esfera da produção artesanal.

É a partir desse lugar que o trabalhador, artesão, passa a ter a condição de escolher o que, como e para quem produzir seus objetos. Suas decisões possibilitam estabelecer o encontro em sua totalidade com a natureza. O artesão atribuía vida às suas potencialidades, conhecia seus segredos e emocionava-se com suas surpresas, agora não mais dirigida pelo olhar e vontade do outro, mas sim a partir da sua vontade.

Motivado pelo desejo próprio, autônomo, em sua forma de participar da vida econômica, política, social e religiosa da época em questão, os artesãos eram os responsáveis por colocarem determinada finalidade no objeto a ser transformado. Esse fazer cotidiano garantia que os artesãos, nas esferas

---

12. O artesão, ao defender seus interesses, deparou-se com alguns problemas de ordem econômica e política. As primeiras associações, denominadas guildas, criadas a partir do século XI pelos comerciantes — mercados profissionais —, permaneceram ativas defendendo avidamente seus interesses durante o período medieval. Os comerciantes, por sentirem-se ameaçados pela associação dos mestres artesãos, constituídos legalmente no século XII, criaram dificuldades aos artesãos — principalmente na esfera da legislação. Pressionadas permanentemente, apesar da solidez instituída, as associações profissionais de artesãos, formadas por mestres de várias oficinas, não conseguiram difundir-las o quanto esperavam e necessitavam.

objetivo/subjetivas, chegassem, ao final, dominando a totalidade do processo de trabalho. O artesão mestre e seu aprendiz, ao pensarem, desenvolverem e efetivarem suas teleologias em determinado objeto material, apropriava-se de conhecimentos técnicos e de outras determinações objetivo-subjetivas. Este aprendizado possibilitava apropriar-se de novas habilidades e descobertas de elementos diferenciados em todo o processo de produção. Na condição de autor e ator durante o processo de trabalho, o artesão e seu aprendiz, conscientes ou não, compreenderam que, no final do processo, sujeito e objeto não eram os mesmos. Sujeito absoluto na relação com a natureza e com os próprios homens, o conhecimento de todo o processo de trabalho artesanal ficava sob o domínio do artesão mestre e do aprendiz, o que os fortaleciam técnica e politicamente.

Em seu tempo e espaço, os artesãos livres, na condição de sujeitos da sua própria história, construíram características que demarcaram o processo de trabalho em que estavam vinculados: 1) As atividades cotidianas eram desenvolvidas no interior dos ofícios, com dimensões espaciais diferenciadas (acolhiam os mestres artesãos e seus aprendizes); 2) Os trabalhadores, intitulados mestres artesãos, eram proprietários dos ofícios, dos instrumentos de trabalho, da matéria-prima, da apropriação do lucro acumulado no processo e dos conhecimentos adquiridos, os quais, em diferentes níveis, eram socializados com os aprendizes em condições particulares de confiança entre as partes; 3) A divisão técnica e social do trabalho no âmbito dos ofícios era de extrema responsabilidade dos mestres artesãos, sendo que as atividades desenvolvidas e seus diferentes movimentos não sofriam a divisão pormenorizada durante a execução das atividades. Estas congregavam ações repletas de teor técnico, criando unidade entre o pensar e o fazer do artesão e, no processo, os trabalhadores aprendizes apropriavam-se deste domínio; 4) A força de trabalho, impregnada de conhecimentos técnicos e intuitivos, incorporava conteúdos que não permitiam que o outro alterasse o campo de decisões de forma direta e/ou indireta; 5) A autonomia dos artesãos, em todo o processo de trabalho, abria a possibilidade de os seres sociais exercitarem o campo da liberdade em diferentes sentidos (a liberdade de escolha ampliava o grau de reflexo em suas ações cotidianas, possibilitando avançarem em direção ao ser genérico); 6) A forma de produzir e reproduzir dos artesãos



mestres e dos aprendizes incomodava outras forças vivas, em particular o poder dos burgueses comerciantes e de personagens nobres pertencentes a reinados em decadência.

Com o despertar e manifestação concreta do período medievo, marcado pela baixa Idade Média, os trabalhadores autônomos artesãos e seus aprendizes se viram em delicadas situações produtivas e reprodutivas. Pressionados pelas forças políticas e legais da época pertencentes ao fim da Idade Média e ao início do Renascimento (Heller, 1982), o artesanato autônomo, organizado política e profissionalmente, não conseguiu manter-se com a mesma força.

Novos atores e autores do processo histórico, capitalistas vinculados à indústria e ao comércio, efetivaram mediações necessárias, possíveis para criar um inovado sistema de produção e reprodução social. Porém o limite presente nas esferas da produção e da organização produtiva impediram a passagem e a realização do método de produzir artesanal para a manufatura. É no campo do possível que a produção, cooperação simples, entra em cena.

## Processos de trabalho na modernidade

### A cooperação simples

O modo de produção capitalista tem seus primeiros fundamentos concretos no momento em que o personagem empreendedor — capitalista industrial<sup>13</sup> — conseguiu colocar, simultaneamente, um número expressivo de trabalhadores sob o mesmo teto.<sup>14</sup> Esses, em condições específicas de vínculo empregatí-

---

13. Para apropriar-se dos conteúdos históricos da formação dos primeiros personagens — capitalistas industriais — a partir da cooperação simples, é necessário pautar-se, entre outras referências, em Dobb, 1976.

14. A alteração realizada na esfera da organização do trabalho só foi possível porque os donos dos ofícios ampliaram os espaços de trabalho. Esta ação permitiu que os meios de produção aumentassem as condições de uso. O que era apenas utilizado, manuseado por um único trabalhador artesão, passou para o uso coletivo. Esse inovado procedimento possibilitou aumentar a produção de mercadorias, reduziu custos e multiplicou o lucro. O ponto alto dessa alteração no processo de trabalho — campo organizacional — fez com que o trabalho individual ganhasse a condição de trabalho social.

cio trabalhavam diariamente, conseguindo, no final de cada dia, produzir mercadorias que atendiam ao campo das necessidades humanas dos trabalhadores e de seus familiares, bem como uma quantidade significativa de mercadorias excedentes.<sup>15</sup>

Na condição de trabalhador autônomo, o trabalho desenvolvido pelo artesão fora atingido em sua centralidade. A autonomia para dizer o que, como e para quem produzir foi ceifada em suas raízes. Sua vontade foi comprada pelo proprietário capitalista em processo de formação industrial em grande escala.<sup>16</sup> Voltado unicamente para a criação e a acumulação de valor, o trabalho objetivado diariamente era medido, naquele momento, não mais pela produção individual, mas sim por meio da quantidade social média produzida. “O método de trabalho pode ser o mesmo, porém o trabalho efetivado sob a lógica da empregabilidade coletiva põe em movimento uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho” (Marx, 1975b, p. 373).

O trabalhador, portador de conteúdos específicos de trabalho simples e/ou complexos, devido à nova forma organizacional em movimento criado pelos donos das pequenas fábricas, sofreu alterações em seu pensar e fazer cotidiano. O conhecimento técnico adquirido historicamente, parte constitutiva em sua essência individual, foi provocado a deixar de existir por meio da realização de atividades pormenorizadas. Em decorrência dessa alteração, a criatividade desenvolvida socialmente pelo trabalhador foi distribuída sem nenhuma preocupação com sua individualidade, por parte do empregador.

Esse mecanismo mostrou que o trabalho combinado aumentava a produção de mercadorias em menor tempo. Simultaneamente, esse mecanismo permitiu que os custos operacionais e sociais fossem reduzidos, garantindo maior lucro ao capitalista. Porém, não é possível negar que o exercício coletivo — trabalho

---

15. Registrava-se que esses trabalhadores, ainda no princípio, trabalhavam em ofícios um pouco maior que os existentes nas esferas produtivas focadas no artesanato. Este fator mostrou que, “de início, a diferença é puramente quantitativa” (Marx, 1975b, p. 370).

16. A ação do dirigente naquele momento histórico — cooperação simples — não era a de ensinar as atividades diárias, mas vigiar os trabalhadores, pois os conhecimentos técnicos das atividades ainda estavam sob o controle dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a maioria dos trabalhadores possuía uma quantidade expressiva de ferramentas particulares, bem como o conhecimento da totalidade do processo de trabalho. Cabia ao dirigente da fábrica o papel de tentar subordinar a vontade alheia aos seus próprios interesses.

combinado — era expressão concreta da superação dos limites presentes em cada individualidade. Este imprime alterações significativas no âmbito organizacional do trabalho coletivo, contribuindo decisivamente, enquanto momento laboratorial, para a criação, o desenvolvimento e a efetivação dos processos de trabalho vivenciados na manufatura e posteriormente na maquinaria.

Aos poucos, o coletivo que se movimenta para produzir também começa a reunir-se para questionar a forma de relação estabelecida entre capital/trabalho: a resistência em cumprir ordens superiores manifesta-se, de forma embrionária, no interior do ofício. O despotismo e suas peculiaridades, no interior do ofício, colocaram elementos concretos de antagonismos e contradições, criando focos de resistência por parte dos trabalhadores em materializarem o projeto em movimento. No entanto, em condições desiguais no que tangia às relações de poder e às correlações de forças estabelecidas, impediram que os mecanismos de resistências dos trabalhadores se efetivassem naquele momento histórico-social.

Em condições desiguais, subordinados aos caprichos dos capitalistas, os trabalhadores assalariados não conseguiram impedir as mudanças profundas ocorridas na esfera organizacional durante o desenvolvimento do processo de trabalho. Mais uma vez os trabalhadores, sem condições reais históricas para apresentar reações orgânicas de classe em si e/ou para si, fragilizaram-se, permitindo aumentar o poder dos empresários capitalistas, os quais conseguiram impor, no campo da consciência dos trabalhadores e de seus familiares, conteúdos ausentes de relações históricas. A partir desse momento, movida pela relação capital/trabalho profissional ou de classe social, “a força de trabalho torna-se, no campo da consciência individual e coletiva, um bem natural e imanente ao capital” (Marx, 1975b, p. 382).

O trabalhador, ao deixar de ser proprietário de suas ferramentas, bem como do conhecimento da totalidade do processo da produção, transformou-se em uma mercadoria assalariada livre, disposta a ser comprada no mercado conforme as condições objetivas encontradas em cada país, naquele momento histórico, com ênfase maior na Inglaterra. Esse fato histórico, material, concreto e contraditório, estabeleceu o alicerce para que o processo de trabalho sedimentado sob a determinação da manufatura conseguisse implantar sua forma de ser e de existir.

## A manufatura

Os trabalhadores mantiveram-se firmes em seus propósitos durante o processo de trabalho movido pela cooperação simples: não permitiram que os donos das fábricas se apropriassem dos conteúdos técnicos; a “redoma de vidro” permanecia intacta, resistindo aos impactos diários emitidos pelos donos dos meios fundamentais da produção; sabiam, mas não entendiam ainda que resistir na condição de trabalhador era a única forma concreta de impedir o domínio total sobre a força de trabalho individual e coletiva. Porém, apesar de resistirem aos processos interventivos dos donos das fábricas em relação aos seus conhecimentos simples e complexos, não conseguiram reverter a situação concreta: deixar de ser subordinados aos donos das fábricas.

Durante os séculos XVI a XVIII, a produção manufatureira ocupou o lugar da cooperação simples.<sup>17</sup> Com a união e a combinação de ofícios diferentes em maior escala e mudanças na esfera organizacional das atividades de cada trabalhador, criou-se a base estrutural fundada no processo de trabalho capitalista industrial denominado manufatura.

Destituídos integralmente das suas ferramentas, mais uma vez os trabalhadores fragilizam-se, restando apenas uma única mercadoria sob o seu domínio: a força de trabalho livre. Impossibilitados de fazer escolhas entre alternativas, todos os dias são obrigados a vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios fundamentais de produção.<sup>18</sup> Sob a orientação do empregador capitalista industrial manufatureiro, os trabalhadores ocupavam uma nova disposição organizacional na fábrica — para cada trabalhador, uma bancada. “As operações são destacadas, uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a uma artífice diferente de todas executadas

---

17. O encerramento deste modelo no final do século XVIII não impediu que, em diferentes tempos e espaços, até os dias atuais, manifestações esporádicas continuem ocorrendo conforme os princípios materiais da manufatura clássica.

18. O capitalista industrial tornou-se, a partir do século XVIII, o principal agente em negociar, no mercado, o que mais lhe interessava — a força de trabalho humana livre. Diferente do método interventivo referenciado na cooperação simples, naquele momento os trabalhadores ampliavam suas dependências em relação ao empregador: empobrecidos, vendiam suas ferramentas aos novos capitalistas. Literalmente destituídos dos seus bens de trabalho, tornaram-se proprietários apenas da sua força de trabalho simples ou complexa para ser comercializada no mercado igual a qualquer outra mercadoria.

ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes” (Marx, 1975b, p. 388). Nasce um novo movimento sistêmico de produção, com um adendo: permanece o trabalho humano vinculado diretamente ao objeto e aos instrumentos de trabalho. “Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (Marx, 1975b, p. 389).

Os trabalhadores contratados perderam o domínio da compreensão da totalidade do processo, mas permaneceram desenvolvendo suas atividades operando as ferramentas com suas próprias mãos e, quando necessário, utilizavam o auxílio de outros membros do corpo humano. Mesmo convivendo no interior de um novo processo de trabalho, suas ações eram coordenadas de forma direta por atividades que ainda dependiam, em todo o processo, da habilidade individual de cada trabalhador assalariado. Manusear o instrumento de trabalho e dar direção à teleologia presente em cada objeto dependia das condições objetivo-subjetivas de cada trabalhador. Essa situação permite-nos certificar que as relações estabelecidas no processo de trabalho dominado pela manufatura não ofereceram condições concretas para que durante o processo o desenvolvimento e a efetivação de uma base técnica fossem implantados. “Aperfeiçoa-se o método de trabalho devido à repetição. Maior produtividade com menor esforço. Os conhecimentos parciais firmam-se, acumulam-se e se transmitem” (Marx, 1975b, p. 390),<sup>19</sup> mas o trabalho humano ainda comanda.

Isolado, o trabalhador era obrigado, todos os dias, a vivenciar a mesma experiência: relacionar e intervir em determinado objeto de trabalho fracionado em processo de transformação. Ocorria uma independência entre as atividades, permitindo que o empregador, por meio do controle supervisionado, criasse condições objetivo/subjetivas para que cada trabalhador aumentasse a sua produção. Esse mecanismo, ao necessitar da interferência humana — controlar o

---

19. Mesmo trabalhando sob a lógica da atividade especializada, o trabalhador conseguia apreender algo: ao efetivarem-se, todos os dias, os mesmos atos, tinha a percepção pontual que a ferramenta que operava no decorrer de algum tempo de trabalho apresentava limites. Nesses momentos, o trabalhador individualmente ou em conjunto com outros trabalhadores aperfeiçoava ou criava novas ferramentas. Ao operar novas ferramentas, o grau de dificuldade era determinado em cada operação em suas ações, porém não garantia que teriam menor grau de dificuldade. Ao mesmo tempo, não garantia que o empregador, de posse de um novo ou inovado instrumento de trabalho, mais ágil e melhor rendimento, não intensificasse a cobrança para resultar em maior produtividade.

outro —, permite compreender que a manufatura também não é um processo produtivo natural, mas sim histórico, social, determinado pela divisão social e técnica do trabalho coletivo em determinado movimento histórico, temporal e espacial (Marx, 1975b).

Esse mecanismo de isolamento seguido de vigilância fez com que o trabalhador se tornasse dependente do próprio trabalho que executava, pois quando o contrato de trabalho era interrompido por uma das partes, uma lacuna se colocava entre a sua condição de vida no trabalho e fora dele. Nesse momento, um campo de incertezas abriu-se para o trabalhador, destacando: onde ele iria realizar a mesma atividade produtiva? Na condição de trabalhador especialista em atividades simples e repetitivas era possível encontrar alguém que o contratasse para fazer a mesma tarefa pautada em dada “continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e notadamente intensidade de trabalho que não alcançam no ofício independente e nem mesmo na cooperação simples”? (Marx, 1975b, p. 396).<sup>20</sup>

Com o isolamento do trabalhador, a divisão técnica do trabalho intensificava e o trabalho coletivo passava a ser constituído de muitos trabalhadores que atuavam em atividades parciais. O coletivo era, no modo de produção capitalista durante o processo desenvolvido na manufatura, a soma de mais destrezas, mais habilidade e mais força. Essa soma escondia o parcelamento, pois o todo orgânico final apresentava-se enquanto um todo que somente quem consegue pensar o processo pode compreender a soma das partes. Mesmo assim, é uma totalidade fundada na compreensão racional lógico-gnosiológica, e não ontológica consciente ou não. Sob esse prisma positivista, a totalidade não é compreendida enquanto unidade que se constrói na diferença.

Diante da hierarquia salarial, conforme relações estabelecidas entre os trabalhadores e empregadores, o lugar ocupado pelas partes contratantes ia se definindo com clareza e precisão: Particulariza-se o lugar que o trabalhador ocupava no processo de trabalho. O lugar que ocupava explicitava o grau de complexidade ou não desenvolvido em sua atividade, definindo, automaticamente e/ou por meio de acordos — individuais ou coletivos — de trabalho, o

---

20. Pergunta-se: será que esta forma concreta do processo de trabalho manufatureiro antecipou elementos que estão presentes nos processos de trabalho movidos pelos modelos fordista/taylorista e toyotista de executar a produção capitalista?

valor da remuneração salarial. Cabia ao trabalhador produzir em escala, elasticizando, todos os dias, sua força de trabalho, contribuindo decisivamente para aumentar a produção de mercadorias excedentes (Marx, 1975b; Braverman, 1981). Sob a direção única dos empregadores, o parcelamento das atividades em escala de crescimento, pautada sob a lógica da progressão geométrica, faz com que a manufatura crescesse conforme expandia o mercado mundial. Se por um lado esse crescimento satisfazia os filisteus, donos das fábricas, os trabalhadores distanciavam-se cada vez mais das possibilidades de ampliarem suas dimensões genéricas. A sociabilidade burguesa decretava: “construímos uma nação de hilotas e não temos cidadãos livres” (Marx, 1975b, p. 406).

Aqui, Marx coloca-nos uma questão cêntrica: o trabalho coletivo permitiu que a diferença de cada trabalho individual conectasse-se a uma totalidade. Assim, nenhum trabalhador parcial produzia uma única mercadoria. “Só o produto coletivo dos trabalhadores parciais transformam-se em mercadoria” (Marx, 1975b, p. 407). No entanto, o resultado coletivo não era dividido para todos os envolvidos no processo de trabalho, mas de propriedade única do capitalista, proprietário dos meios fundamentais de produção. O trabalhador assalariado ou com outro tipo de vínculo diferenciado, enquanto vendia sua mercadoria, força de trabalho, permanecia subordinado, para sempre, condenado a viver, para sempre, sob o desejo do outro.

No entanto, os capitalistas industriais precisavam reconhecer seus pares, todos aqueles que operavam suas atividades com os mesmos propósitos, ou seja, acumular valor. Unidos para atingir o mesmo fim, organizam-se em associações e/ou agremiações com o propósito de manter e ampliar seus negócios. Na condição de categoria de proprietários em seus diferentes níveis e setores, defendiam, incondicionalmente, as regras do mercado, em particular a livre-concorrência.<sup>21</sup>

Para que seus propósitos fossem atingidos — acumulação de valor —, os proprietários dos meios fundamentais do processo de produção industrial eram obrigados a buscar saídas. Naquele momento não havia dúvida com relação aos

---

21. No entanto, quando eram afetados pela própria lógica da livre-concorrência entravam em desespero e, sem nenhum pudor aos próprios princípios acordados entre pares, usavam de manobras com diferentes conteúdos. O importante nesse momento era criar condições para retornar às mesmas condições anteriores. Quando não conseguiam retornar ao mercado em condições equilibradas, muitos entravam em falência, o que contribuía, decisivamente, para que a concentração do capital fosse ampliada em diferentes setores produtivos e/ou reprodutivos.

encaminhamentos realizados por aqueles filisteus. Em condições de desigualdade no mercado, os trabalhadores tornavam-se presas fáceis nas mãos dos donos das fábricas, garantindo a reprodução do projeto societário burguês em desenvolvimento.<sup>22</sup> Trabalhadores — homens, mulheres e crianças —, destituídos dos meios fundamentais do processo produtivo e, unicamente, portadores da força de trabalho, eram contratados e, à mercê da vontade despótica do empregador, eram expropriados, intensamente, no máximo das suas energias, físicas e psíquicas. Ocorria uma elasticização da força de trabalho, as quais ganhavam proporções diferenciadas conforme os capitalistas aperfeiçoavam seus meios fundamentais de produção e reprodução social. Para a felicidade do empregador, o resultado era imediato: o trabalho excedente aumentava, transformava-se em mais-valia absoluta e parcialmente relativa. Fora da “redoma de vidro” o poder de resistência dos trabalhadores fora atingido em sua centralidade. Frente a esta nova situação concreta, Marx (1975b, p. 412) observa: “Enquanto a cooperação simples em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revolucionava inteiramente e se apodera da força de trabalho individual de trabalho em suas raízes.”

Ao chegar esse patamar da relação entre capital/trabalho, o trabalhador em sua atividade estava deformado, mutilado, respondendo de forma automática a um trabalho parcial (Marx, 1975b). Após realizarem suas atividades durante dias, meses e anos, os trabalhadores somente eram reconhecidos, socialmente, por meio da razão de ser do outro — o seu empregador. Na condição máxima de coisificação,<sup>23</sup> o trabalhador expressava-se em situação única, alienado do processo de trabalho, do produto por ele criado e das próprias relações estabelecidas com os outros trabalhadores. O trabalhador, na condição de alienado, somente encontrava sua felicidade na vontade do outro, ou seja, na figura do senhor dos meios fundamentais de produção, naquele momento identificado enquanto capitalista industrial. Essa forma despótica de expropriar a força de trabalho aprimorava-se e atingiu profundamente a totalidade da classe trabalhadora. Mas o pesadelo que atormentava os trabalhadores e seus familiares ainda estava apenas começando.

---

22. Dos elementos constitutivos do processo de trabalho, o trabalho humano é o único que cria valor (Marx, 1975b).

23. Para aprofundar a discussão, consultar Lefebvre (1999); Lukács (1989); Netto (1981) e Marx (1975b).



Ao despertar do amanhecer, sem pedir licença, um novo processo de trabalho entrava em cena em todos os lares, retirando as forças de trabalho produtivas e as subordinavam. Esse mecanismo diário e repetitivo era coroado com uma nova forma de desenvolver o modo de produção capitalista industrial. Construído por meio de avanços da técnica, da ciência e da filosofia, os proprietários industriais apresentaram, aos trabalhadores e seus familiares, o seu novo instrumento de trabalho: a máquina movida a vapor. Nascia a indústria moderna.

## A maquinaria e a indústria moderna

*“No novo tempo, apesar dos perigos”*<sup>24</sup>

As relações estabelecidas entre os homens e a natureza, bem como entre os próprios homens, revolucionaram a forma de pensar e de fazer no Ocidente, em particular no continente europeu a partir da última quadra do século XVIII. Esse novo tempo espraiou seus propósitos intensamente, durante os séculos XIX e XX, para todos os continentes. O agora, em sua singularidade, colocava uma nova síntese do que era até alguns instantes próximos, sinalizando campos de necessidades e possibilidades para o que havia de vir. O processo de trabalho movido pela máquina a vapor inaugurava a indústria moderna.<sup>25</sup>

Colocado em movimento por meio do instrumento máquina, movido a vapor, pela presença da matéria-prima e pelo principal elemento do processo de trabalho — a força de trabalho humana —, nascia, no interior do velho processo de trabalho (pautado na manufatura), a maquinaria, um processo que se estendeu para além dos simples atos de rituais de passagem, manifestando-se nas fissuras da base de produção manufatureira.

---

24. “Novo tempo” letra e música de Ivan Lins.

25. A Revolução Industrial atingiu seu auge, num primeiro momento, por meio da descoberta da máquina movida a vapor no final do século XVIII, tendo como palco principal a Inglaterra. Esse processo revolucionário no campo da ciência e da técnica foi aprofundado no final do século XIX com a descoberta do motor elétrico e da explosão, inaugurando a segunda revolução científica e técnica. No entanto, a terceira Revolução Industrial foi marcada pelo domínio da energia nuclear e do desenvolvimento da microeletrônica conquistada durante a Segunda Guerra Mundial (Mandel, 1985).

O novo que se colocava — a maquinaria — incorporava algumas conquistas de ordem organizacional e técnica criadas e desenvolvidas durante o período manufatureiro. O legado deixado pelo processo de trabalho desenvolvido e efetivado na manufatura deixou registrados conteúdos fundantes: a) as ferramentas eram manipuladas por mãos humanas; b) cada ferramenta em seu campo de possibilidades e limites pertencia ao domínio de um único trabalhador; c) as atividades, parceladas individualmente, atingiam grau máximo de saturação; d) os resultados quantitativos foram ampliados, no entanto os sujeitos, trabalhadores, conseguiram visualizar, perceber e, em muitos casos, acompanhar a totalidade do processo de produção, porém seu campo de reflexo era reduzido à sua especialidade; e) a especialidade, ao retirar os conteúdos autocriativos de cada trabalhador, em sua totalidade, colocava-os na condição de escravos de uma atividade especializada, repetitiva, negadora do trabalho humano; e) os trabalhadores resistiram aos impactos diretos e indiretos provocados pelo modelo manufatureiro de produzir e reproduzir socialmente. Mas, devido à força econômica e política da classe burguesa em processo de desenvolvimento e efetivação, não conseguiram avançar para além das reivindicações de classe em si.

Superando essa fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista manufatureiro, porém não a eliminando em sua totalidade até os dias atuais, a máquina de fiar mudou completamente a relação produtiva e reprodutiva estabelecida entre capital-trabalho. Em 1735, John Wyatt colocou em movimento, no palco da modernidade, a Revolução Industrial em sua primeira fase.<sup>26</sup> O motor, a transmissão e as dimensões da máquina ferramenta passaram a comandar o inovado cenário. O processo de trabalho movido pela máquina a vapor nascia no interior do velho — a manufatura — e convidava todos a celebrar as conquistas historicamente constituídas. Um mecanismo “morto” passava a dirigir os movimentos humanos sob o comando teleológico do capitalista. Dominante na relação, a máquina ferramenta movida a vapor apropriava-se dos objetos, matéria-prima e/ou bruta, e, sem pedir licença, entrava em suas intimidades, impondo seus desejos subjetivos-objetivos. Ao trabalhador restava apenas o papel de vigiar a máquina.

---

26. “Entre 1764 e 1767, James Hargreaves, carpinteiro-tecelão em Blackburn, inventava uma simples máquina manual chamada Jenny, por meio da qual uma mulher podia fazer, ao mesmo tempo, seis ou sete fios; mais tarde, ia até oitenta fios” (Ashton, 1971, p. 94). No entanto, essa descoberta revolucionária apresentou consequências sociais imediatas à classe trabalhadora emergente.

É na cidade que ocorre, num primeiro momento, o desenvolvimento do processo de trabalho que tem como instrumento principal a máquina movida a vapor.<sup>27</sup> As barreiras orgânicas que impediam os homens de revolucionarem suas formas de ser e de existir são superadas. A vitória da técnica e da ciência transferida para a máquina colocou, abertamente, o limite que a força de trabalho trazia em sua totalidade, não conseguindo produzir movimentos uniformes e contínuos em alta velocidade.

Agora, superadas as barreiras orgânicas com a realização do processo de trabalho movido pela máquina a vapor, é possível afirmar que, na manufatura, a relação estabelecida entre o trabalhador, o objeto e o instrumento de trabalho ocorria, totalmente imbricada, enquanto na maquinaria o trabalhador perdeu o domínio dessa relação e tornou-se um apêndice da máquina. O trabalhador, todos os dias, desde o início até o final das suas atividades — isoladamente — era responsável por vigiar uma máquina que desenvolvia um movimento parcial. Assim, “na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho, na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais” (Marx, 1975b, p. 434).

Como pode um mecanismo “morto” comandar? Como pode um mecanismo “morto” tornar-se sujeito no desenvolvimento do processo de trabalho?

Vejamos. Durante o processo de trabalho pautado na manufatura, os trabalhadores, na condição de chefes de setores, supervisores e/ou gerentes das atividades nas fábricas, retiraram os trabalhadores da “redoma de vidro” que os protegia. Na maquinaria, os proprietários das vontades objetivas e subjetivas dos trabalhadores parcelavam e isolavam suas atividades, apropriando-se dos conhecimentos técnicos presentes em cada trabalhador individual e coletivo. Destituídos dos conhecimentos que adquiriram em suas atividades diretamente ou legadas historicamente, perderam a compreensão da totalidade do processo, permanecendo apenas, sob o seu controle, o domínio de conhecimentos simples.<sup>28</sup>

---

27. Nasceram as fábricas modernas. A cidade é o universo efetivo das transformações objetivas-subjetivas em percurso. A natureza e o ser social são transformados. Marx (1975b, p. 431) enfatiza: “A máquina a vapor é a mãe das cidades industriais”.

28. A organização do processo de trabalho na indústria ampliava suas particularidades, deixando de garantir a presença cêntrica da esfera da subjetividade do trabalhador que desenvolvia suas atividades combinadas durante o processo de trabalho manufatureiro, efetivando a constituição de atitudes objetivas com mínimas inferências subjetivas. Naquele momento, o trabalhador se deparava com o que era um instrumento

Conforme as dificuldades eram apresentadas aos proprietários capitalistas na esfera técnica e/ou organizacional, novos investimentos foram realizados e efetivados, alterando e aperfeiçoando as máquinas, criando condições satisfatórias para ampliar a extração da mais-valia relativa. As transformações técnicas, científicas e as mudanças na esfera organizacional que ocorreram nas indústrias foram incorporadas conforme as condições dadas em outros setores da produção e da reprodução social.<sup>29</sup>

Em condição desigual no campo das correlações de forças no mercado, os trabalhadores subordinaram-se à vontade do proprietário dos meios fundamentais de produção. Sem escolha, a máquina obrigava-o a seguir os seus movimentos, seu ritmo, aumentando a elasticidade da força de trabalho humana em grau máximo de resistência física e psíquica. O resultado foi imediato. O trabalhador passou a conviver com saturações concretas que explicitavam o quadro negador de sua existência em suas dimensões, material e espiritual. Ao mesmo tempo, o capitalista festejava o aumento exponencial dos seus lucros, obtido por meio da expropriação do trabalho humano não pago. A mais-valia relativa passou a dominar a forma de expropriação diária do trabalho humano no mercado.<sup>30</sup>

A mais-valia, extraída durante o processo de trabalho dominado pela maquinaria deixava de caracterizar-se somente como absoluta, impondo uma nova forma dominante: a relativa. Conforme a ciência e a técnica avançavam, novos ajustes ou descobertas foram incorporados às máquinas, possibilitando aumentar a extração da mais-valia relativa, alterando profundamente as relações de poder e de correlações de forças entre capital/trabalho na esfera produtiva e reprodutiva. Esse cenário teve desdobramentos imediatos: os salários dos trabalhadores foram reduzidos e os lucros dos capitalistas aumentaram, trazendo,

---

pronto, acabado. Essa era a sua ferramenta, aquela era a sua nova relação. O instrumental de trabalho era quem impunha atitudes individuais e coletivizadas, pois suas dimensões técnicas presentes nos instrumentos necessitam de que as relações no processo de trabalho encerrem-se sob o domínio do instrumento.

29. Setores como o transporte e a comunicação foram afetados em grandes dimensões, revolucionando suas bases, permitindo responder às demandas postas pela criação de navios a vapor, das linhas férreas, dos transatlânticos e dos telégrafos (Marx, 1975b).

30. A partir do momento que a mais-valia relativa era dominante durante o processo de trabalho movido pela maquinaria, Lukács (1979, p. 54) explicita o salto ontológico presente no humano em relação à natureza. Nesse momento, com “a introdução das máquinas fez-se com que o homem e sua capacidade de trabalho não fossem mais os fatores determinantes do trabalho, que o próprio trabalho humano fosse desantropomorfizado”.

como consequência o aprofundamento das manifestações da “questão social” (Batista, 2002). Em destaque, após 1830, o contingente de pobres e miseráveis, em números exponenciais, nas cidades e nos campos, em todo o continente europeu, com destaque na Inglaterra, berço do desenvolvimento do capitalismo industrial moderno, clássico,<sup>31</sup> passa a incomodar os membros da classe burguesa em seus diferentes níveis (Engels, 1985; Dobb, 1976).

Convivendo com situações adversas diariamente, os trabalhadores e seus familiares começaram a dar vazão aos seus propósitos de classe em si e para si. O germe da contradição, o proletariado industrial começou a se movimentar. Se num primeiro momento atearam fogo, quebraram ou roubaram máquinas, agora iniciam uma nova forma de manifestar-se. Organizados em associações, agremiações, sindicatos e, posteriormente, em partidos políticos, registraram na história da classe trabalhadora a forma madura de enfrentar o projeto burguês, fonte cêntrica responsável pela sua negação em sujeito história individual e coletivo.

Ameaçados pelo germe da contradição — o proletariado industrial —, a classe burguesa, por meio de seus representantes, não assistiu passivamente às ações políticas apresentadas pelos trabalhadores por meio das suas manifestações, organizadas ou não. Sem hesitar, os representantes orgânicos da classe burguesa, em fase de efetivação de seu projeto societário, utilizaram instrumentos jurídicos, políticos ideologizados e a força repressora do Estado para conter a classe trabalhadora em movimento por meio de suas entidades representativas. A classe burguesa abandonou suas teses progressistas,<sup>32</sup> retirando o véu que encobria os seus verdadeiros propósitos de projeto societário enquanto classe social dominante.

Com as mudanças radicais ocorridas no processo de trabalho comandado pela máquina, a força de trabalho dos operários homens — chefes de família — recebeu diferentes inferências que alteraram a relação direta com o objeto de trabalho, bem como com o seu campo subjetivo em questão. No entanto, no momento em que a máquina destruía a relação do trabalho humano com os objetos e instrumentos de trabalho, além de fragmentar as atividades, sua

---

31. Segundo Marx (apud Lukács, 1979, p. 121) “define como ‘clássico’, simplesmente, o desenvolvimento no qual as forças econômicas, determinantes em última instância, se expressavam de modo mais claro, evidente, sem interferência, sem desvios etc., que nos demais casos”.

32. Cf. Coutinho, 1972, p. 9.

conduta também fragmentava cada indivíduo em múltiplas dimensões negadoras. A brutalidade condicionava a maioria dos trabalhadores a desenvolver uma única função: vigiar um mecanismo morto que ganha vida pelas descobertas mecânicas e, posteriormente, a vapor e elétricas. Esse fato concreto permitiu ao capitalista eliminar um quantitativo expressivo de atividades que necessitavam da presença do trabalhador homem — adulto — e da sua força física. Nesse momento a força de trabalho das mulheres e crianças é contratada, independente da idade ou sexo, desenvolvendo suas atividades em casa ou na fábrica.<sup>33</sup> Essa prática contribuiu decisivamente para que esses trabalhadores incorporassem o sentimento de donos do seu tempo de trabalho e do seu negócio. Tem-se a ilusão de que estão trabalhando com autonomia e livres das amarras do capital. Na atualidade, a partir da última quadra do século XX, essa prática recebeu o nome de produção terceirizada autônoma (Sennett, 1999).

Não bastasse a sua própria condenação, os trabalhadores homens, chefes de família, assumiram a condição de “traficantes de escravos” (Marx, 1975b), negociando no mercado a contratação do trabalho das suas esposas e filhos. Instaurou-se um inovado processo do capital em relação ao trabalho livre, desenvolvendo a base e a efetivação de elementos destrutivos dos laços afetivos e políticos familiares. Frente a essa nova situação histórica revolucionária, Marx e Engels (1963, p. 25) enfatizaram: “A burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias”.

A força de trabalho das mulheres e crianças tinha, em sua propriedade natural física e psíquica, elementos que a tornavam mais flexível (Sennett, 1999).

---

33. A presença das mulheres e crianças (na condição de escravos do senhor feudal) em atividades relativas à produção industrial voltada para a tecelagem era corrente desde o século XII. Essas atividades eram desenvolvidas em suas casas na área rural (Heers, 1988). É necessário enfatizar que na manufatura clássica criaram-se condições para que a casa do trabalhador pudesse ser uma extensão da fábrica, colocando em movimento a força de trabalho de crianças e mulheres. “Flexibilizando” a forma de contrato trabalho, os donos das fábricas pagavam seus empregados e familiares por peça, por lote de material produzido ou outro mecanismo semelhante, conseguindo reduzir custos, aumentar a produção e, conseqüentemente, seus lucros. Esse mecanismo foi incorporado com maior intensidade no processo de trabalho movido pela máquina no século XIX, bem como nos processos de trabalho desenvolvidos também pelo método de intervenção taylorista/fordista e toyotista no século XX. Ao trazer esse modelo de extensão do trabalho para a casa do trabalhador, o capitalismo inaugura o desenvolvimento de atividades produtivas “flexibilizadas” para além da fábrica e, ao mesmo tempo, quando possível, o proprietário das fábricas criou a figura do empresário intermediário, terceirizando parte da produção, fazendo aumentar a extração da mais-valia absoluta e relativa, bem como retirando das suas obrigações as responsabilidades que recaíam sobre os contratos de trabalho.

Além de realizarem atividades que exigiam alto grau de sensibilidade e adestramento, eram trabalhadores flexíveis por aceitarem, com mais facilidade, o processo de subordinação com menor grau de reivindicação ao capitalista, se comparados com as posições efetivadas pelos trabalhadores homens adultos. Essas condições, historicamente determinadas pelo trabalho humano de mulheres e crianças, contribuíram, significativamente, para ampliar a produção e, como consequência direta, para ser expropriada sem medida, aumentando a mais-valia absoluta e principalmente a relativa em favor do empregador.

No mesmo local em que se encontravam esses novos trabalhadores a serviço do capital, homens de diferentes idades, na fase adulta, não conseguiam vincular-se formalmente no mercado. O exército de reserva aumentava, pressionava os trabalhadores empregados e ampliava a demanda para empregar-se no âmbito social organizado sob a lógica mercadológica. A concorrência, mecanismo intrínseco ao modo de produção capitalista em sua fase industrial moderna, reclamava por um espaço permanente no mercado.

A máquina, sujeito do processo de trabalho enquanto instrumento, fazia imperar a consolidação da concorrência entre os trabalhadores e entre os próprios capitalistas. De um lado, com a contratação de mulheres e crianças para operar as máquinas modernas, a concorrência entre os trabalhadores se intensificou. A força de trabalho masculina sofreu um golpe fatal, bem como toda a classe trabalhadora. Os trabalhadores homens, adultos, passaram a conviver com determinações particulares: aumento do desemprego exponencial da força de trabalho masculina adulta em detrimento da contratação da força de trabalho livre de crianças e mulheres. Esse fenômeno acarretava o fortalecimento dos donos das fábricas, que, ao receberem solicitações de aumento de demanda de força de trabalho no mercado, posicionavam-se como capitalistas para ampliar a mais-valia.<sup>34</sup> Pressionados pelo processo de concorrência já sedimentado no

---

34. Enquanto os capitalistas ampliam o acúmulo de mais-valia, nas famílias dos trabalhadores as estatísticas de mortes de crianças aumentam diariamente, principalmente devido ao fato de as crianças permanecerem em suas casas sem os cuidados básicos necessários das suas mães. Essas, para poderem sobreviver e contribuir com a renda familiar, são obrigadas a vincular-se aos trabalhos fabris. Ao mesmo tempo, verifica-se o aumento de crianças que são abandonadas. Ocorrem ainda registros que acusam o uso de medicamentos em crianças que precisam de maiores cuidados, com a finalidade de tranquilizá-las do incômodo que manifestam. Certifica-se ainda, a céu aberto, a presença do aumento da prostituição infantil. Esse fato concreto atinge em sua raiz a questão moral burguesa.

interior do próprio sistema produtivo do mercado de trabalho, os trabalhadores disputavam entre si um lugar para trabalhar, sujeitando-se a realizar atividades precárias em diferentes níveis: na relação de vínculo empregatício, reduzindo salário ou aceitando outras formas de pagamento despóticas; nas condições em que desenvolviam suas atividades nos espaços físicos das fábricas, não questionavam as condições insalubres e a carga horária excessiva no trabalho diário, aceitando trabalhar em situações muito parecidas com as dos animais. Trabalhando em condições aviltantes, perderam força política na esfera organizativa coletiva; fragilizando suas forças de poder de negociação, de avanço no campo dos direitos, postaram suas ações em atitude de recuo, e, para manter-se vivos buscavam, a qualquer custo, garantir o próprio emprego.<sup>35</sup>

Ao mesmo tempo, a classe burguesa também tinha que enfrentar suas dificuldades de posicionamento de classe. Ocorria na esfera do mercado uma guerra de interesses entre os próprios capitalistas em suas diferentes posições de classe, produtiva ou reprodutiva. Aqueles que conseguiam obter maior vantagem permaneciam no mercado e, em casos particulares, deixavam o lugar ocupado de capitalista na dinâmica geral e ganhavam posições de poder no mercado, transformando seus investimentos acumulados em monopólios e/ou oligopólios.

Mas as grandes diferenças eram demarcadas no chão das fábricas. Naquele espaço, a contradição, presente na relação estabelecida entre capital/trabalho, fora colocada em movimento. Um número expressivo de trabalhadores permanecia junto durante a jornada de trabalho; os trabalhadores conversavam, discutiam a opressão que os instrumentos exerciam sobre o trabalho humano, o valor ínfimo do salário que recebiam e as condições insalubres dos espaços físicos de trabalho os envolviam diariamente. Os trabalhadores, movidos por proposições de mudança, organizavam-se em associações, agremiações e sindicatos com a proposição de ampliar suas forças políticas, garantindo a manutenção de direitos já conquistados ou reivindicando novos.

---

35. Essa situação real, concreta, demarca nos anais da história da classe trabalhadora um momento de perdas na esfera da organização e dos direitos sociais. Quebrava-se a resistência do trabalho masculino. Esse fato aumentou a força e o poder dos donos das fábricas, momento em que registramos o aumento do despotismo na relação capital/trabalho. Ressaltamos que em período de crise econômica, na esteira do modo de produção capitalista, a relação capital/trabalho se enraiza, prejudicando profundamente os trabalhadores e seus familiares (Engels, 1985).



Os donos das fábricas também se movimentavam, criando suas entidades representativas para que, de forma direta e/ou mediada pelo Estado, se instaurassem processos de negociações. Criaram mecanismos para que esse movimento interno do chão das fábricas fosse contido e, se possível, destruído ou incorporado à política empresarial. De imediato, enquanto os trabalhos registravam em pautas reivindicativas seus interesses e os apresentavam à classe patronal, esta criou mecanismos na esfera da organização do trabalho, bem como por meio de alterações técnicas e/ou científicas para manter a ordem e o controle no chão da fábrica.

Com o propósito direto de ampliar o controle sobre o físico e o psicológico dos trabalhadores na esfera da organização do trabalho, instituíram-se em número expressivo a figura do chefe, do supervisor e, em seguida, a do gerente da fábrica. Constituíram figuras que, na condição de trabalhadores especializados, eram responsáveis por ampliar a produção da mais-valia absoluta e relativa e, ao mesmo tempo, conter as inquietações das manifestações individuais e/ou coletivas dos trabalhadores no interior das fábricas.<sup>36</sup> Esses personagens tinham o papel de garantir o aumento da produtividade, da redução dos custos, principalmente no uso da matéria-prima, e conservar os instrumentos de trabalho, simples e complexos. Era também papel daqueles trabalhadores, a serviço do capitalista industrial, consciente ou não: introduzir conteúdos teleológicos no campo subjetivo de cada trabalhador, impostos pelo capitalista, que expressassem ser o sucesso individual e coletivo a ser alcançado na fábrica oriundo de resultados positivos; criarem condições concretas para que os trabalhadores incorporassem a cultura da fábrica — produtiva e reprodutiva —, exercitando-a nos espaços de trabalho e fora da fábrica, estendendo-a particularmente para os membros da família e para os círculos de amizade.

Além desse mecanismo criado na esfera organizacional, ocorreu, progressivamente, o investimento dos donos das fábricas e do Estado para desenvolver o campo técnico e científico. A conjugação de mudanças e ajustes na esfera da organização do trabalho e do desenvolvimento revolucionário nas instâncias da técnica e da ciência contribuiu, decisivamente, para que o capitalista ampliasse

---

36. Quando as ações dos trabalhadores, organizados ou não, saíam do controle, os donos das fábricas acionavam a força repressiva cedida pelo Estado ou de ordem particular. As leis sempre estiveram a serviço da classe dominante, pois foram criadas por representantes que aderiram ao projeto burguês em desenvolvimento.

a acumulação de capital. Ao mesmo tempo, cresceu o poder de domínio em relação à força de trabalho por meio das entidades que as representavam. Quando a força de trabalho, em movimento, tinha dificuldades para executar suas atividades, pois não conseguia acompanhar o ritmo das máquinas, os donos das fábricas, por meio dos seus gerentes e supervisores, promoviam rapidamente a substituição de trabalhadores. Afinal, o contingente de força de trabalho (simples e complexa) presente no mercado, na condição de trabalhadores pertencentes ao exército de reserva à espera de uma vaga, era imenso. Deve-se salientar ainda que, em períodos de crise do modo de produção capitalista, o contingente de desempregados aumentava de forma exponencial em quantidade e qualidade, principalmente quando a crise desenvolvia-se na estrutura da base que sustentava o projeto burguês de produção e reprodução social.

A relação estabelecida entre os gerentes e supervisores com os trabalhadores demitidos não apresentava nenhum sinal de preocupação, de arrependimento ou, no mínimo, humanista. Nesse cenário, a máquina, resultado dos processos científicos, ao ser colocada em movimento a serviço do capital, ampliava o campo de negação do trabalho humano. O aviltamento da força de trabalho enfraquecia cada vez mais a organização dos trabalhadores. Naquele momento, sem conseguir expressar resistência com conteúdos revolucionários, os donos das fábricas ganhavam força e conseguiam separar o objeto de trabalho do próprio trabalhador.

Esse processo avançava, criava campos de especialização na fábrica, e a totalidade dos trabalhadores, historicamente constituídos, em seus diferentes tempos e espaços, fora negada, restando apenas duas dimensões em ação com o posicionamento invertido: de um lado, o objeto que se transformava em sujeito parcial — a máquina —; do outro, um sujeito que se transformava em objeto — força de trabalho humana especializada em profundo grau de reificação.

Outras dimensões expressivas da manifestação da “questão social” eram reveladas em todas as ruas, ruelas, casas e casebres, espaços em que circulam e em que viviam os trabalhadores e seus familiares (Engels, 1985; Castel, 1998; Lefebvre, 1999). Num primeiro momento, os mecanismos repressivos tentaram conter e controlar as manifestações mais expressivas. Mas, com o passar do tempo, o Estado também foi requisitado para cumprir o papel de reparador material e espiritual, pois a miséria, a pobreza e doenças de abrangência física e psíquica atingiam a maioria da classe trabalhadora. Os desdobramentos

ocasionados pelo descompasso existente na relação capital/trabalho assustavam diariamente os trabalhadores e seus familiares, mas atingia individual e coletivamente todos os membros da sociedade. A classe burguesa entrou em desespero. Esse fato concreto obrigou o Estado a iniciar encaminhamentos na esfera das políticas sociais, apesar de tímidos, para responder às inúmeras manifestações da “questão social.” O avanço ou não do papel do Estado para responder às demandas colocadas diariamente pela classe trabalhadora e seus familiares aumentava ou diminuía conforme os movimentos sociais expressavam, concretamente, suas forças historicamente determinadas (Vieira, 1992). No entanto, era sabido que as contradições presentes não podiam ser superadas enquanto a lógica produtiva e reprodutiva estivesse sob a condução do projeto de sociabilidade criado e em desenvolvimento pela classe burguesa.

A maquinaria moderna movida a vapor avançava, mas não conseguia conter os processos de trabalho criado, desenvolvido e efetivado durante o século XX. O modelo de produção pautado no taylorismo/fordismo e o toyotismo, frutos da segunda e terceira Revolução Industrial, respectivamente, fincaram raízes em países diferenciados (Estados Unidos e Japão) e espalharam-se em todos os continentes em diferentes tempos e espaços. No entanto, a produção fundada e desenvolvida no ramo têxtil deixou de ser dominante, porém não deixou de criar, ampliar e/ou sofisticar seus instrumentos até os dias atuais, adaptando sua forma de ser aos novos modelos de produção. Para compreender, apreender e analisar criticamente esses novos modelos da relação capital/trabalho enquanto avanços e retrocessos, fazem-se necessários nos debruçarmos sobre as literaturas clássicas e contemporâneas sem tirar o pé da realidade.

## Considerações finais

As formas de objetivação do trabalho humano presentes desde o modelo de produção artesanal até a maquinaria moderna permitiram explicitar momentos de diferenciações no que tange o campo de possibilidade em materializar o avanço do ser singular em direção ao ser genérico.

As formas de objetivação em que o trabalho humano efetivou-se a partir da criação e do desenvolvimento do processo de trabalho fundado na produção

artesanal permitiu-nos apreender expressões significativas de conteúdos de liberdade presentes em cada trabalhador. Na condição de trabalhadores autônomos, as atividades eram desenvolvidas todos os dias, sem a interferência de nenhum outro personagem dominante na época. Suas ações materiais, concretas, possibilitavam dominar o processo de trabalho em todas as fases, e o trabalho marcado pela destreza individual culminava com a apropriação do resultado final — novo objeto produzido — pelo próprio artesão. No entanto, se por um lado a emancipação em relacionar-se com a natureza avançava, o mesmo não ocorria no campo da consciência. Esses trabalhadores, na condição de categoria profissional, ainda não eram portadores de elementos constitutivos de classe social trabalhadora, mas sim alimentavam desejos e efetivavam comportamentos no campo da legalidade, direcionando sua forma de ser e de existir para tornar-se capitalistas industriais. Esse desejo não conseguiu efetivar-se.

A partir do momento em que os artesãos, na condição de trabalhadores autônomos, ameaçavam o poder econômico e político dominante sob a direção dos senhores feudais, reis, príncipes e comerciantes não tardaram para que deixassem essa condição e se transformassem em assalariados livres. A partir de então, o espaço denominado processo de trabalho fundado sob a direção da cooperação simples, da manufatura e posteriormente da maquinaria moderna, o ser singular — trabalhador assalariado livre — começa a relacionar-se com a natureza e com os próprios homens de forma dependente, quando comparado com o trabalhador do artesão.

Na condição de assalariado, reduziu-se o leque de possibilidade de emancipar-se política e humanamente. As relações econômicas e políticas aprofundaram suas determinações particulares e universais, criando novas e inovadas relações de poder. A partir do processo de trabalho de cooperação simples, o capitalista industrial iniciou seus investimentos para retirar de todos os trabalhadores o que era de mais precioso em sua existência: seu conhecimento e suas habilidades individuais e coletivas. Os trabalhadores, em sua maioria assalariados, deixaram de dominar a totalidade dos movimentos realizados durante os processos de trabalho e, aos poucos, tornaram-se, na condição de assalariados, propriedades dos capitalistas industriais por um tempo determinado de trabalho diário. Parceladas as atividades no interior da fábrica, não tardou para que, no processo de trabalho pautado na maquinaria, a individualidade também fosse fragmentada, esfacelada, destruída. Igual aos animais, não restava aos trabalha-

dores e seus familiares outras condições de existência a não ser: comer, beber, dormir e procriar (Marx, 2009b). O distanciamento das condições objetivo/subjetivas do seu ser singular em direção à condição de ser genérico era cada vez mais emblemático. A condição de ser humano, portanto social e político, foi negada, e a maioria dos mortais passou a ser reconhecida, consciente ou não, no interior dos processos de trabalho, enquanto coisa. A condição de sujeito coisificado tornou-se a expressão máxima da negação do humano.

Recebido em 28/11/2013 ■ Aprovado em 17/3/2014

## Referências bibliográficas

ASHTON, T. S. *A Revolução Industrial: 1760-1830*. 2. ed. Tradução de Jorge de Macedo. Rio de Janeiro: Europa-América, 1971. (Col. Saber.)

BATISTA, A. A. *A questão social e as refrações no Serviço Social brasileiro na década de 1990*. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, C. N. *A miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. Tradução de Octávio Alves Velho. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. Tradução de Cascais Franco. 2. ed. São Paulo: Publicações Europa-América, 1988. (Col. Saber.)

HELLER, A. *O homem do Renascimento*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Tradução de Valtensir Dutra. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KOFLER, L. et al. *Conversando com Lukács*. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Col. Rumos da cultura moderna, v. 32.)

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JÚNIOR, H. F. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *História e consciência de classe: estudo de dialética marxista*. 2. ed. Porto: Publicações Escorpião, 1989.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Cultura, 1985.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista de homem*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a. p. 83-222.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975b. L. 1, v. 1-2.

\_\_\_\_\_. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia” e a reforma social: de um prussiano. *Práxis*, Campinas, n. 5, p. 68-91, out. 1995.

\_\_\_\_\_. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Cortez, 1999.

VIEIRA, E. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.